

Distrito de Évora

OCUPADAS 30.8.54 PELOS TRABALHADORES CASAS DO POVO DO DISTRITO DE ÉVORA

ÉVORA — Pela Comissão de Trabalhadores Democratas para as Casas do Povo foi distribuído o seguinte comunicado: 1 — Como todos sabemos as Casas do Povo não nos pertenciam. 2 — Hoje as Casas do Povo devem ser nossas. 3 — Comunica-se que já foram ocupadas pelos trabalhadores, do distrito de Évora, várias Casas do Povo, nomeadamente as de Montemor-o-Novo, Cíborro, Escoural e Alcáçovas, que passarão a designar-se por Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas. 4 — Comunica-se que no dia 3 de Maio foram ocupados os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas (ex-Casas do Povo de Évora-Canavieiros) e, no dia 4, de Nossa Senhora de Machede. 5 — A tomada das ex-Casas do Povo pelos trabalhadores tem decorrido sem incidentes.

A Comissão de Trabalhadores Democratas para as Casas do Povo espera que a tomada destes organismos se continue a processar como até aqui. 6 — A Comissão de Trabalhadores Democratas para as Casas do Povo pode ser contactada na sede do Movimento Democrático de Évora.

Trabalhadores agrícolas de Mora

5.24.54
TRABALHADORES AGRÍCOLAS EM MORA — Com a presença de mais de um milhar de pessoas tomaram posse os corpos directivos do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Mora. A mesa da Assembleia geral ficou constituída por Gabriel António Ferreira, Joaquim Nunes Vinagre e Elisiário João; e a direcção por Joaquim Pedro Aniceto, José Filipe Dias, José António Coelho e César Nunes Aleixo.

Na cerimónia da posse usaram da palavra o eng. João Lopes Saraiva e o Dr. Quintino Lopes.

Pequenos produtores e retalhistas

PEQUENOS PRODUTORES E RETALHISTAS

Uma guerra que é preciso aclarar

21
2016

Dos 539 quilogramas de feijão verde que o produtor João Inácio fôra, na madrugada passada depositar no Mercado Abastecedor do Campo Grande, para vender durante a manhã de ontem, 287 kg foram declarados impróprios para consumo por terem sido regados com gás-sólido. O incidente ocorreu entre as 20.30 de terça e as seis da manhã de ontem, altura em que o feijão estragado foi descoberto.

O acontecimento parece ser considerado pelas pessoas que trabalham no mercado como uma represália dos produtores de hortaliça que anteontem e ontem se recusaram a vender as suas mercadorias como forma de protesto pelo encerramento dos mercados ao domingo. Não aderindo a esta espécie de greve, João Inácio sujeitou-se, bem como outros produtores que também compareceram às vendas, a um tipo de justiça «feita pelas próprias mãos» com que são normalmente castigados os «fura-greves».

Mas a questão é aqui um pouco complicada demais para que tudo seja reduzido a um mero castigo aplicado a «amarelos» por trabalhadores em luta. A luta, aqui, embora não tenhamos conseguido ouvir nenhum dos produtores em greve, não é objecto duma análise que possamos fazer com facilidade.

Enquanto conversávamos com os funcionários da C.M.L. encarregados da limpeza do Mercado do Campo Grande, com os fiscais presentes, com alguns vendedores e produtores que, à volta do local do acidente, se concentravam observando as operações que peritos das Actividades Económicas orientavam para a selecção do feijão aproveitável para consumo, um dos produtores presentes pareceu, pela primeira vez desde que o conflito começou (domingo passado), pôr o dedo na ferida e dar aos acontecimentos a sua verdadeira origem.

— Os produtores estão chateados porque ninguém os consultou quando foi desta decisão de fechar os mercados ao domingo. E tinham

direito a ser consultados. O que aconteceu é que os produtores não são obrigados a vir ao mercado. Podem estar um ano sem cá pôr os pés. Mas os mandatários e os moços, por exemplo, são obrigados a vir cá, não podem dar mais duma falta por mês. Em consequência, foram os que têm de trabalhar obrigatoriamente quando o mercado está aberto que foram chamados a decidir quando é que queriam ter o dia de folga. E os produtores dos arredores, embora tivessem também esse direito, porque afinal são eles que vêm cá vender, não foram sequer chamados a pronunciar-se. Não foi por mal, mas é um facto. E isso deve tê-los revoltado. Isso é que deve estar na origem de todo este conflito que depois desencadeia acções e reacções que nem sempre estão correctas. Neste caso não estão.

O conflito pode ter tido, efectivamente, a sua origem aí. Depois, da lei sair, os produtores de hortaliça, normalmente pequenos, viram continuar o seu regime de trabalho de sol a sol, sem feriados nem domingos, enquanto todos os outros ganhavam o domingo para descanso. Até aqui é compreensível. Mas durante a conversa, a nossa compreensão da insistência de fechar à segunda e abrir ao domingo foi sendo cada vez menor.

Se os produtores querem descansar ao domingo, diziam-nos no Mercado do Campo Grande, estando o mercado aberto ao domingo não podem descansar porque vêm para cá vender e só descansam da parte da tarde. E durante a própria segunda-feira, dia em que o mercado estaria fechado, eles teriam de trabalhar também para apanhar a venda de segunda-feira.

«Além disso, (acentuaram), sendo o Campo Grande o único mercado aberto em Lisboa e estando todos os retalhistas (comércio) fechados desde as 13 horas de sábado, vimos cá vender no domingo para quem? Se o retalhista tem sobras de sábado, vende-as no domingo, não vem cá buscar mais». E que

sábado, só abertos até às 13 horas, os retalhistas têm muito pouco tempo para vender a mercadoria. Além disso, estando fechados ao domingo os retalhistas não vêm ao mercado abastecer-se para fechar as mercadorias na loja até segunda-feira quando podem, na própria manhã de segunda-feira, ter abastecimento fresco.

«Estando o mercado fechado ao domingo e aberto à segunda-feira, como agora estão todos menos o do Campo Grande, experimentalmente, os produtores podem, na sexta-feira, colher para dois dias e no sábado trazer a mercadoria para a vender de manhã deixando-a cá guardada para segunda-feira. Parece mais lógico. E assim poderão na mesma descansar ao domingo ou trabalhar nas suas hortas. Porque

não se esqueça duma coisa: a maioria dos produtores de hortaliça, pequenos agricultores, são descendentes dos mouros; por mais que façam têm no sangue o trabalho e não conseguem deixar de trabalhar naquilo que é seu nem mesmo ao domingo.

Houve também quem nos falasse dum grande produtor fomentador desta greve de pequenos, mas nada disso foi provado ou sequer comprovado por nós.

Por isso aqui fica o nosso pedido para o esclarecimento da população interessada: é preciso que os produtores-grevistas expliquem as suas razões para que a população os compreenda e a situação se resolva.

MSD.

Prudêncio da Silva Santos – “Um dos principais donos do Ribatejo”

MAIS COMODIDADES NA POCILGA DOS PORCOS QUE NO BARRACÃO DESTINADO AOS RURAIS

Numa terra com cerca de 300 a 400 habitantes, todos trabalhadores rurais, fez-se uma reunião (que começou com pouco mais de vinte pessoas e terminou com menos de quarenta), para estes mesmos trabalhadores exporem os seus problemas. Parte destes trabalhadores apareceram descalços.

Em primeiro lugar falou João Mariano, que tem 42 anos e trabalha para um patrão há 27. Patrão esse que é um dos principais donos do Ribatejo. Chama-se Prudêncio da Silva Santos. Tem milhares (e porque não milhões!) de contos no banco e parte do Ribatejo é dele.

João Mariano começou por dizer:

— Tenho 15 dias de férias por ano sem vencimento.

— Ganho 112\$00 por dia (8 h). Desloco-me daqui quase do pé de Coruche para Almeirim (35 km) enquanto os que são de Almeirim ganham 120\$00 por dia a fazer o mesmo que eu faço, ou seja, trabalhamos lado a lado.

— Como é que se desloca para lá? — Perguntei.

— De bicicleta a pedais.

— De quanto em quanto tempo?

— Todos os dias.

— Portanto, 70 km, ida e volta?

— Sim senhor.

— Porque é que o seu patrão não lhes arranja a (você e aos outros) uma casa onde possam dormir de segunda a sábado?

— Ele arranja um barracão mas aquilo não tem condições nenhuma, nem tem luz eléctrica nem nada, além disso ao

lado desse barracão fica o pocilgo dos porcos que tem luz eléctrica.

— O que é que tem mais apresentação, é o pocilgo dos porcos ou o barracão?

— É sem dúvida o pocilgo dos porcos — disse o João Mariano.

— Se você adoecer, como é que se resolve o seu problema?

— Tenho que me aguentar com os prejuízos.

— Voltando um pouco atrás — disse eu —. Porque é que você e os outros cá da terra ganham 112\$00 diários, enquanto os que são da terra para onde vocês vão ganham 120\$00?

— Nós já pedimos aumento, ou seja equiparação de vencimento, mas o patrão disse que não podia aumentar porque se nós fossemos aumen-

tados, portanto equiparados, os outros que são lá da terra queriam logo mais aumento. Pelo que se vê nunca podemos ter igualdade de vencimento àqueles que trabalham ao nosso lado fazendo a mesma coisa. Mas porquê tudo isto se o nosso trabalho é igual ao deles?

— Acha que os 112\$00 ou até mesmo os 120\$00 lhe chegam para fazer face à vida actual?

— Pois claro que não, mas não temos outro remédio.

— Quantas propriedades tem o seu patrão?

— Ao certo não sei. Possó é tentar lembrar-me agora de algumas. São: Mouchão da Silveira; Adega Nova; Vale Tijóis; Almeirim; Gafaria; Corte da Azambuja; Pipa da Charneca; Paio; Palhavã (Porto Alto); Casal das Figueiras; Vinte e cinco da Borda D'água; Vinte e Cinco da Gabilra; etc. etc.

João Mariano disse-me — Podes pôr etc. etc., porque tem mais ainda mas eu agora não me lembro.

Jacinto José Evangelista confirmou tudo isto porque é colega de trabalho do João Mariano.

UM INQUÉRITO AS GRANDES FORTUNAS

Depois falou o António Alberto: 1.º Gostava, em nome do povo da freguesia da Lamarosa, que se fizesse inquérito às grandes fortunas da mesma freguesia. 2.º Tenho uma bicicleta motorizada e nela me desloco todos os dias para o trabalho. A minha mulher trabalha comigo. Como não existe aqui qualquer espécie de transporte público, vejo-me obrigado a levar a minha mulher comigo, mas a G. N. R. quando me apanha não hesita a passar um sim-

ples papel-recibo no valor de 300\$00. Porque é que não é permitido (a mim e aos outros que possuem a mesma espécie de veículo), transportar mais uma pessoa (neste caso), visto que se houver prejuízo material somos nós que temos de arder? Acho que este caso é de considerar, porque para nós é um grande problema.

Ouviram-se vozes MUITO BEM, mas eu até nem gostei deste MUITO BEM, porque pode ser uma via para recordar tempos mortos.

Perguntei depois — Tens mais alguma coisa a dizer?

— Achas que isto é pouco — respondeu-me.

Depois falou o Manuel Coelho:

— Trabalho (eu e outros) num patrão que nos paga 16\$00 por cada hora. Todos os dias fazemos horas extraordinárias, as quais são pagas na mesma a 16\$00.

— Se adoeceres como é que és? — perguntei.

— Pago por minha conta. Só se me cortar, é que tenho o seguro.

— Onde é que trabalhas?

— Em Alcácer do Sal. Fica a 160 kms daqui.

— Como é que te deslocas para lá?

— Numa camioneta de carga de 15 em 15 dias.

— Porque não todas as semanas?

— Porque o meu patrão diz que os transportes estão caros.

— Como é que dormem lá?

— Num barracão de tábuas tapado com plástico por cima.

— Como é que se chama o teu patrão?

— Alberto Gaspar & C.ª da Figueira da Foz.

— A camioneta de carga que os transporta, tem condições?

— Nenhumas. Além disso quando o tempo está bom trazem uma carrada de madeira e nós temos que vir em cima da madeira.

José de Oliveira, também presente, fez-me uma pergunta.

— Porque é que há patrões que pagam os feriados e outros não pagam? Eu não lhe

respondi. Haverá alguém que lhe responda ainda este ano? Perguntei em seguida — Se adoeceres lá onde trabalhas, como é que se resolve o teu caso?

— Sujeito-me às consequências. Mas em geral a gente aqui nem costuma adoecer... Isso de adoecer é um mau hábito que a gente não tem, ou aliás, não pode ter porque não temos condições para tal.

João Cordeiro, agricultor.

— Produzo vinho que me é pago pelo preço do vinho a martelo. O arroz leva-se para o Grémio e lá arranjam mil e um defeitos para o pagarem por uma bagatela, mas depois quando o compramos é todo igual. Quando o compramos para semente é pago a 7\$00 cada kg, e depois de vende-lo é-nos pago só a 3\$70 cada kg. Esses gajos do Grémio têm sido uns ladrões. O trigo é uma seara que nos está a dar de prejuízo entre 20 a 30 %.

António Lúcio:

— Não temos nenhuma empresa de camionagem que faça por aqui carreira diária, ou pelo menos 2 ou 3 vezes por semana. Não temos barbeiro.. O mais próximo fica desviado a 6 km daqui. O bacalhau é aqui vendido fora do preço de tabela.

A GENTE DEIXA MESMO DE TRABALHAR

Anibal Castelo:

— Os porcos eram-nos pagos a 600\$00 cada arroba (15 kg). Agora pagam-nos só a 300\$00, mas a carne no talho continua pelo mesmo preço. Quando a compramos os porcos para criar, custam-nos 700\$00 ou 800\$00 cada. Ora para os engordar são precisos 6 ou 7 sacos de farinha que custa cerca de duzentos escudos cada saco. Agora vê se vale a pena, porque no fim de tudo isto eles (os porcos) pesam 6 ou 7 arrobas que são pagas a trezentos escudos. Quer dizer, no fim de toda a despesa e de todo o trabalho acabamos por ter prejuízo. Qualquer dia a gente deixa de engordar porcos e deixa de cavar a terra e depois queremos ver como é que se desenrascam aqueles que estão bem sentados a comer à custa do nosso trabalho. Só se fala para aí em política e a nossa política por enquanto tem sido o trabalho, mas qualquer dia vai ser a bronca. A gente deixa mesmo de trabalhar e depois quero mesmo ver...

Gualdino Mariano:

— Pedimos aumento. O patrão diz que não dá enquanto não vier a lei dos sindicatos; se for para mais o patrão dá-o. Este aumento se for acordado é a contar de 1 de Maio. Também com respeito às horas extraordinárias, diz-nos o mesmo: só as paga a dobrar quando vier a lei do sindicato.

Agora pergunto eu ao Gualdino Mariano e às pessoas que chegarem a ler isto: — Será que ainda não se pagam por aí as horas extraordinárias a dobrar? — A pergunta fica para os conscientes lerem.

João Mariano, sobrinho do João Mariano, que fez as primeiras declarações e também do Gualdino Mariano.

— Ganho 100\$00 por dia e veio a ordem para 140\$00. Ainda esteve afixado o papel com a aumento na Casa do Povo de Almeirim, mas depois foi tirado para nos paga-

rem apenas 120\$00. Eu vi papel lá afixado.

Foi assim que decorreu uma reunião de trabalhadores rurais em conjunto com um militar (que sou eu).

Esta reunião foi marcada por mim no dia 1 de Junho para ser feita no dia 8, porque ao ir a minha terra que as pessoas vivem actualmente grandes dramas: o d'incerteza dos seus direitos do medo de falar. Cá ainda há disso. Esta reunião foi princípio de uma obra que vou tentar erguer: arranjar uma casa onde as pessoas possam ter um ou dois jornais diários (os quais chegarão com quase dois dias de atraso); onde possam ter uma televisão; livros; etc, etc.

Tenho amigos meus aqui em Lisboa que vão colaborar comigo em próximas reuniões. A próxima terá lugar no dia 22 de Junho (sábado) às 2 horas.

MAIS AINDA: Não temos luz eléctrica. Não temos casas onde se possa tomar banho. Porque não uns balneários onde todos pudessem tomar banho?

Se qualquer pessoa quer fazer as suas necessidades, tem que fazê-lo num pinhal ou noutro sítio mais ou menos escondido. Claro que há as moscas que poisam na porcaria e no pão.

Aqui fica um pedido de ajuda.

Nota: a semana passada escrevi uma carta, que falava na miséria que abunda em grande escala na minha terra, da qual tirei fotocópias e mandei para: «República», «Diário de Lisboa», «Capital» e «Sempre Fixe». Nenhum destes jornais publicou a carta. Obrigado pela ajuda. No entanto apareceram na minha terra jornalistas de «A Capital», mas caso curioso: fizeram perguntas às pessoas e elas responderam com medo. Perguntaram o nome às pessoas e elas responderam com medo. Perguntaram o nome às pessoas e elas recusaram-se a isso, julgando que eram agentes da PIDE/DGS. Até houve pessoas que ao saberem que havia ali gente estranha fugiram todas ou quase todas de casa para as hortas com medo de serem interrogadas. É triste não é? É tudo isto se passou na terra onde nasci.

Mas agora só peço uma coisa aos jornais: nunca recusem uma publicação destas, porque ela faz parte da situação portuguesa.

Tenho ainda mais pena é das crianças que lá vivem, porque assim como os adultos que por lá andam, não têm culturalmente qualquer salvação.

Repressão contra foreiros em Benavente

Repressão contra foreiros em Benavente

Com o pedido de divulgação, recebemos do Partido Socialista o seguinte comunicado:

«A herdade de Foros de Almada, na freguesia de Benavente, em Salvaterra de Magos, está a ser alvo de atentados criminosos por parte da sua própria proprietária, Silva de Almeida, viúva de António Vicente de Almeida.

Esta senhora, amiga do conhecido fascista Gonçalves Rapazote desencadeou contra os «foreiros» actos da mais vil repressão, dando ordens de despejo, demolindo as construções dos trabalhadores e arrasando

as culturas. Destrói, assim, com a cumplicidade de autoridades, a riqueza criada pelos trabalhadores, expulsando-os das terras que cultivam, mandando demolir as casas que construíram e alagando as terras férteis, mantendo, deste modo, privilégios e criminosas ambições.

O Partido Socialista denuncia estes revoltantes atentados aos direitos dos trabalhadores, incitando-os a unirem-se para a defesa dos seus direitos e assegura aos trabalhadores de Benavente, Salvaterra de Magos e Santo Estevão a sua inteira solidariedade».

São os patrões e não os trabalhadores quem está a provocar grave crise nos trabalhos agrícolas na zona de Évora

São os patrões e não os trabalhadores quem está a provocar grave crise nos trabalhos agrícolas na zona de Évora

Os grandes proprietários alentejanos, do distrito de Évora, recusam-se a discutir as condições de trabalho com os trabalhadores das suas terras. A situação, que não corresponde a boatos mais ou menos alarmistas postos já a circular, não deixa de ter certa gravidade por alguns aspectos que encerra. Numa altura em que já devia estar concluída, a ceifa da região eborense continua à espera de se iniciar, comprometendo-se a produção. Um conflito laboral opõe os grandes senhores da terra aos que a trabalham.

Na região de Montoito e nalgumas localidades vizinhas, decorre uma greve de aviso, localizada à região, se bem que ameaça estender-se a todo o concelho de Redondo. Segundo informações obtidas hoje em Évora, trata-se, não de uma greve «selvagem», mas de uma medida totalmente controlada pelas organizações dos trabalhadores, ainda em formação. Sendo assim, não existe greve generalizada.

O motivo da acção dos trabalhadores agrícolas deve-se à recusa dos lavradores (em especial dos grandes lavradores, que têm tentado aliar à sua «causa» os pequenos e médios proprietários) em discutir uma convenção de trabalho semelhante à que já existe no distrito de Beja, nos ter-

mos da qual para todo o período da colheita (90 dias) o trabalho seria assegurado e retribuído a 170 e 160 escudos diários para os homens e 120 para as mulheres, isto além de outras condições sobre a duração do trabalho. Numa reunião ontem efectuada em Évora, na Sociedade Joaquim António de Aguiar, com a presença de duas centenas e meia de trabalhadores e delegados de 24 sindicatos agrícolas (excusas do povo) do distrito de Évora, foi uma vez mais reafirmada a necessidade da existência, na região, de uma convenção semelhante à do Beja.

Entretanto, os lavradores de Évora ofereceram 120 escudos aos homens e 60 às mulheres (com limites máximos de 140 e 80 escudos, respectivamente) e recusaram discutir o caso dos 90 dias de trabalho assegurado. Continuaram a manter a recusa quando os trabalhadores desceram o pedido para 50 dias.

NÃO HÁ GREVE GENERALIZADA

Em presença destes factos, a responsabilidade da greve de aviso que decorre em pontos do concelho de Redondo, segundo as informações da região, não deve ser atribuída aos trabalhadores.

Por outro lado, fizeram-se notar os insistentes apelos da grande lavoura dirigidos ao governo e às Forças Armadas, pedindo a sua intervenção contra os trabalhadores. Simplesmente, conforme foi salientado, as situações do antigo regime (em que forças policiais e militares eram postas ao serviço dos senhores da terra na repressão das reivindicações dos trabalhadores) não se repetem e, perante os pedidos de intervenção do patronato, logo foram prestados os devidos esclarecimentos pelas organizações dos trabalhadores.

Afirma-se em Évora que a propagação da notícia de greve generalizada cabe ao patronato, que ainda no passado sábado se reuniu no Grémio, onde acusou trabalhadores de incitarem outros a não trabalhar. Parece ter-se chegado a fazer acusações a elementos do Partido Comunista de Évora. Hoje foi divulgado um comunicado da Comissão Política do Comité Central do P. C. P. no qual se afirma que «a Direcção da Organização Regional do Alentejo e Algarve do Partido Comunista Português informa não ter conhecimento de quaisquer factos que possam corresponder aos boatos» segundo os quais «agritadores irresponsáveis, andando pelo Alentejo, estariam ameaçando queimar searas no caso de não serem satisfeitas certas reivindicações dos trabalhadores.»

E o comunicado também sublinha que: «uma de duas conclusões se impõe: ou o boato tem fundamento e então é necessário localizar e responsabilizar os que desenvolvem actividades que se têm de considerar provocatórias; ou não têm fundamento, e, nesse caso, a provocação reside no lançamento de tais boatos. Em qualquer das hipóteses, tal manobra visa atingir a luta que os trabalhadores alentejanos estão a travar pelas suas justas reivindicações.»

Entretanto, a situação é calma, embora preocupante. Em muitas regiões do distrito, os lavradores preferem não trabalhar a terra, gerando-se uma crise de emprego. Neste momento, no distrito de Évora, existe um forte desemprego, acusando-se de «lock out» os proprietários da terra.

As acusações de que os trabalhadores estariam a apelar para uma greve, contrapõem-se as informações de que alguns dos maiores proprietários da zona têm percorrido outras propriedades insistindo com os patrões e grandes reideiros para que não se con-

ceda os salários pedidos aos trabalhadores (e já praticados em Beja). Faz-se ainda notar que, antes de 25 Abril, salários dessa ordem tinham sido praticados no distrito de Évora e mes noutras zonas do país, na altura das ceifas.

Rendeiros ribatejanos lutam pelos seus interesses Caso concreto: Os Foros de Almada

Rendeiros ribatejanos lutam pelos seus interesses

DN
117

Caso concreto: os Foros de Almada

Os homens que foram um dia, há quarenta e oito anos, para a herdade de Foros de Almada, a poucos quilómetros de Benavente, encontraram os muitos hectares que a constituem insalubres e incultos, onde a enxada jamais tinha entrado. Desbravaram a terra. Ergueram casas de habitação. Plantaram vinhas e olivais. Abriram poços e transformaram os terrenos arenosos em terras de culturas. Durante anos, viveram em boa harmonia com o proprietário, que entre 1926 e 1929 distribuiu os terrenos de Almada e Toiças, partes que constituem a herdade, por 172 rendeiros. Porém, passados dez anos abria-se um processo longo que levou á saída de muitos foreiros, os quais viram as suas casas e culturas arrasadas, para serem substituídas por eucaliptos. Ainda hoje, cerca de quarenta famílias vivem sob o peso da grave ameaça: verem-se privadas do produto do trabalho de anos, somado á custa de muito suor e canseiras. A razão é somente uma: a terra onde fizeram as benfeitorias, de acordo com o contrato estabelecido, não lhes pertence. É de D. Sílvia de Almeida Vieira da Cruz, viúva, que avisou já por carta os rendeiros para se retirarem até ao fim do próximo mês de Setembro. O processo de despejo iniciado por seu pai, João Maria de Almeida, já falecido, ainda não terminou. A nossa reportagem esteve na tarde do passado sábado na herdade de D. Sílvia. Falou com os homens que a transformaram e nela vivem.

Em Foros de Almada, como lhe chamam os homens que transformaram a terra, vivem hoje cerca de mil pessoas. Já lá viveram muito mais, mas paulatinamente foram abandonando a herdade, á medida que se sucediam as acções de despejo.

A localidade pertence á freguesia de Santo Estevão, do concelho de Benavente, na margem esquerda do Tejo.

Quando chegamos, na tarde de sábado, guiados pelo filho de um dos locatários que nos aguardava na Pousada do Infantado, todos nos mostravam as cartas de D. Sílvia: a saída imperiosa, com direito a uma indemnização em dinheiro por ela própria fixada.

«O que nós pedimos, neste momento, são providências para não sermos espoliados daquilo que nós e os nossos pais construimos com o esforço e as dificuldades que não têm paga» — referiram-nos os homens de Foros de Almada, visivelmente perturbados.

Cronologia dos acontecimentos

Tudo começou em 1926. O então proprietário da herdade, pai de D. Sílvia — João Maria de Almeida — decidiu distribuir uma das partes da propriedade (Almada) a 120 rendei-

ros, mediante a condição destes efectuar benfeitorias, construindo os terrenos de Toiças (a outra parte da herdade) por 52 famílias.

Três anos depois — segundo nos informou um dos habitantes, Francisco Alves, de 52 anos, efectuava novo arrendamento, desta vez, distribuindo os terrenos de Toiças (a outra parte da herdade) por 52 famílias.

«Viveu-se então em boa harmonia com o sr. José Almeida», declarou-nos o nosso interlocutor, que prosseguiu:

«Porém, em 1936, surgiu o primeiro conflito. O proprietário pretendeu, então, pôr em regime florestal e coutar os 1500 hectares de terra arrendados a esses foreiros, entre os quais se contava o meu falecido pai. Houve oposição e, pela primeira vez, metemos um advogado, o dr. Carvalho Araujo, que nos defendeu bem, pois o sr. João de Almeida acabou por não levar a dele avante, embora tivéssemos de gastar muito dinheiro em tribunal».

Sob a constante atenção de um dos mais velhos foreiros, Manuel Sebastião que para ali foi há 48 anos, Francisco Alves que responderá no

próximo dia 4, numa acção de posse posta pela «actual adversária», no Tribunal de Benavente, muito embora do terreno em causa seja rendeira sua mãe, continuou a relatar-nos os episódios mais marcantes do conflito:

«Passados 19 anos após os primeiros arrendamentos, ou seja em 1945, surgiram a primeiras acções de despejo, motivadas por os rendeiros não terem feito quaisquer benfeitorias. Embora muitos fossem ainda a tribunal, todos acabaram por ceder, pois eles não moravam cá. Vinham só para semear e apanhar.»

O tempo foi passando e dez anos depois, em 1955, o proprietário aumentou de três para cinco sacos de

trigo por cada cinco hectares a renda anual dos foreiros.

«De má vontade acabamos por aceitar, porque, entretanto, ele prometeu-nos que deixaria fazer lá dentro novas benfeitorias (na altura havia já mais de 300 casas e opôs-se a que fossem construídas novas habitações). Foi um malogro, uma vez que nesse mesmo Verão, quando alguns pretenderam edificar mais casas, ele retorquiu: «Isso é com o meu advogado. Se ele autorizar...»

Perante esta fuga, decidimos procurar o dr. Varela Cid, que ainda hoje é o nosso patrono. Pessoa boa e que nunca nos levou um tostão. Logo nesse ano vieram mais nove acções de despejo, a maioria delas motivadas porque os rendeiros começaram a descontar o subsídio de cultura que o Estado nos dava, o que ele não aceitou.»

Sempre que se consumava um despejo, vinha a destruição de culturas e casas. Onde hoje se vêem grandes lavrados ou já plantações de eucaliptos, foram outrora campos de cultura, onde se erguia a habitação do agricultor e sua família. As últimas destruições datam de 1967, ano em que se processaram mais acções de despejo, que foram consumadas.

Nesse ano de 1965, o sr. Francisco Alves pediu um esclarecimento à Federação Nacional dos Produtores de Tri-

go, tendo em vista o preço do cereal e o acréscimo do subsídio de cultura. A Federação não tardou a resposta, tendo informado o nosso interlocutor de que a «liquidação e pagamento das rendas são efectuadas sem acréscimo do subsídio de cultura», pelo que seriam pagas em escudos, devendo o subsídio de cultura ser pago àqueles que «cultivam directamente a terra».

Perante a recusa do proprietário em aceitar as rendas, passaram muitos «foreiros» a depositá-las na Caixa Geral de Depósitos.

Outras diligências foram efectuadas junto das autoridades competentes, chegando mesmo uma comissão a ser recebida em 1963, data em que era D. Sílvia a administradora da herdade, uma vez que seu pai já falecera, pelo secretário de Estado da Agricultura, o qual terá compreendido bem esse «problema tão delicado do colono agrícola que envolve a vida presente e futura». Porém, Francisco Alves comentou, a propósito:

«Sempre fomos bem recebidos, mas ninguém resolveu ainda o nosso problema. E' certo que alguns de nós estamos neste momento descansados, pois os terrenos que tratam foram expropriados pela Junta de Colonização Interna, entidade com que ultimamente têm resolvido os seus assuntos. E nós, sobre quem pesa a ameaça das cartas de D. Silva?»

Preso antes de ser expulso de casa

Um dos «foreiros», Manuel Florindo Casimiro Luis, esteve preso o ano passado na Policia judiciária em Lisboa, durante um mês, por se recusar a sair de sua casa.

«Primeiro vieram 150 guardas da G. N. R. para me pôr na rua, mas eu disse que só saia morto» — declarou-nos o trabalhador, pai de dois filhos que continuou:

«Passados oito dias veio um agente da P. J. e um inspector do Porto, Julio Santos, que me convidaram a ir no dia seguinte ao tribunal de Benavente. No tribunal, apresentaram-me uma ordem de captura e levaram-me para Lisboa. Durante três dias e três noites não me deixaram dormir.»

Enquanto se manteve na prisão, a casa foi destruída e a família posta na rua, tendo-se albergado em casa de familiares, até arranjar outra habitação, onde vive actualmente.

A legislação do regime que viu o problema

Os problemas de colonato agrícola foram abordados pela legislação do regime deposto. O «Diário do Governo», n.º 260, de 20 de Novembro de 1954, insere o decreto-lei n.º 39 917, que começa por declarar:

Na região pliocénica situada na margem esquerda do Tejo existem frequentes núcleos de pequenas explorações agrícolas onde estão fixadas milhares de famílias, que, pelo seu esforço, submeteram os solos arenosos, outrora pouco produtivos, a um regime de cultura que pode considerar-se intensivo.

Este fenómeno de colonização espontânea teve origem na divisão de grandes herdades em courelas que foram entregues à exploração directa dos cultivadores, por aforamento, venda, arrendamento e, em pequena parte, por parceria.

E depois reconhece:

«Dispersos como foram, no espaço e no tempo, e sem submissão a qualquer plano, não resultou daqueles empreendimentos a generalização da empresa familiar perfeita, capaz de assegurar a autonomia económica duma família média de cultivadores, sob a forma de casal agrícola, como o definem as Leis n.ºs 2014, de 27 de Maio de 1946, e 2072, de 18 de Junho de 1954. Na sua grande maioria, as referidas explorações apresentam-se como fonte de rendimentos complementares do trabalho assalariado, ou do exercício de profissões não agrícolas.

Estes movimentos de colonização, à margem da intervenção do Estado, apresentam um valor económico, traduzido na mobilização de recursos até então inactivos, e um interesse social, representado pela estabilidade de vida de apreciável numero de famílias rurais.

Por tais motivos, interessa ao Governo conservar os resultados obtidos, evitando o desaparecimento desses núcleos de povoamento e dando às famílias fixadas a estabilidade indispensável à continuação do processo iniciado de valorização da terra».

Cita, em seguida, dois casos semelhantes (Foros de Cabanas e os de Fernão Ferro), desenvolvendo o seguinte raciocínio:

«Nestes dois núcleos de povoamento estão instaladas, já há muitas dezenas de anos, algumas centenas de famílias.

A data do arrendamento os terrenos encontravam-se incultos e cobertos de mato alto, circunstância que, aliada à natural pobreza dos solos e à ausência de água para rega, conduzia a valores da terra bastante diminutos.

Muitos contratos foram celebrados por prazos longos e as rendas fixadas só se justificariam como foro.

Também em alguns casos o aforamento teria sido tratado entre proprietário e cultivadores, ficando estes designados na região por foreiros e, porque não chegaram a ser celebradas as respectivas escrituras públicas, só podem agora invocar o arrendamento. Mas, na verdade, os arrendatários comportaram-se como se estivessem ao abrigo de um regime estável. Desbravaram a terra, abriram poços, plantaram árvores de fruto, melhoraram o solo e, na maioria, construíram a habitação. Passaram-se décadas e nas explorações sucederam-se filhos e netos; em muitos casos as terras são hoje cultivadas já pela terceira geração da família.

Quando agora o senhorio requer o despejo ou exige aumentos de renda correspondentes ao rendimento das benfeitorias, que, afinal, foram fruto do trabalho e de investimentos exclusivamente da conta dos arrendatários

encontram-se estes absolutamente desprotegidos em face da vigente legislação sobre arrendamento, inadequada para regular fenómenos de colonização. Não podem provar que as benfeitorias tenham sido autorizadas por escrito e, também, por outro lado, como muitos dos contratos foram celebrados por períodos superiores a vinte anos e todos duram já há mais tempo, não lhes é reconhecido o direito a qualquer indemnização.

E' de frisar que as benfeitorias atingiram valores muito superiores ao capital-terra.»

Estabelece, finalmente, uma série de medidas, em que é declarada de utilidade pública urgente, a expropriação pela Junta de Colonização Interna, das propriedades atrás citadas.

Em suma, resolveu-se o problema em dois casos concretos. Nos Foros de Almada também entrou a Junta de Colonização Interna. Mas a analogia que poderá ter existido com os referidos casos nunca foi citada e as acções de despejo prosseguiram, e encontram-se na «ordem do dia», por determinação de D. Sílvia de Almeida Vieira da Cruz, que aguarda até Setembro para ver «libertas» as suas terras de Almada.

Reunião, eleição e sindicato

Ao fim da tarde de sábado, os trabalhadores de Foros de Almada estiveram reunidos sob um eucalipto, no largo da escola, para ouvir dois dirigentes do Movimento Democrático de Benavente que vieram informar os habitantes das propostas aprovadas pelos trabalhadores agrícolas de Benavente, em sessão realizada em reunião no passado dia 8 de Junho, na qual foi igualmente constituída uma Comissão para estruturar o Sindicato de Operários Agrícolas de Benavente.

No respectivo caderno reivindicativo, que foi entregue em 12 de Junho à Associação Livre de Empresários Agrícolas do concelho de Benavente era pedido fundamentalmente, o seguinte: 44 horas por semana; respeito pelos feriados nacionais; 800\$00 semanais para mulheres; e 1200\$00 semanais para homens.

Em resposta, a associação respondeu por sua vez, em 26 do mês passado, que era forçoso aguardar que fosse fixado o «salário» agrícola, uma vez que fora informada por um alto funcionário do Ministério do Trabalho que tal não tardaria a verificar-se.

Foi, ainda, eleita uma comissão de trabalhadores, a integrar-se na freguesia de Santo Estevão, a fim de representar o Sindicato, a qual ficou assim constituída: José Felismino, António Pires Junior, Manuel Custódio Moreira, Claudino dos Santos Cardoso, Odete Luísa da Silva, Noémia Manique Pereira e Leonor Páscoa Vilelas Cardoso.



Francisco Alves ao redactor do «Diário de Notícias»: «Esperamos que tomem providências»

300 camponeses discutiram em Alfarelos o projecto da Agueira

MAIS DE 300 CAMPONESES DISCUTIRAM EM ALFARELOS O PROJECTO DA AGUEIRA

Realizou-se, em Alfarelos, no sábado passado, uma reunião de mais de 300 camponeses e trabalhadores, com vista à discussão do projecto da Barragem de Agueira e das suas consequências para os camponeses do vale do Mondego. Também foi debatido o problema de saber como se poderá fazer face aos prejuízos causados pelas últimas inundações nesta região.

Com a presença de um membro da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Soure e de um técnico dos Serviços hidráulicos, foram debatidos diversos problemas relacionados com a construção da barragem, tais como as garantias de que será fundamentalmente destinada à regularidade dos campos do Mondego e só acessoriamente à produção de energia eléctrica. Depois do debate, decidiu-se constituir uma comissão de trabalhadores a fim de contac-

tar a Companhia Portuguesa de Electricidade, os Serviços Hidráulicos, a Junta de Colonização Interna, as empresas encarregadas dos trabalhos de enxugo e drenagem do Vale do Mondego, bem como as organizações de trabalhadores destas empresas e serviços.

Quanto ao problema das inundações, foi decidido contactar todos os camponeses da vila para estabelecer exactamente o montante dos danos causados pelas últimas cheias. Para esse efeito, ele-

geu-se uma comissão de avaliação dos prejuízos, composta por seis camponeses.

Uma vez executado este trabalho, será solicitado um subsídio, a título de compensação dos prejuízos.

No final da reunião, o presidente da mesa, que é também responsável pela delegação local do Partido Socialista, afirmou que o seu partido apoia estas iniciativas e pôs à disposição das comissões eleitas a sua delegação em Alfarelos.

REP 1017

Índice

Distrito de Évora.....	1
Trabalhadores agrícolas de Mora.....	2
Pequenos produtores e retalhistas.....	3
Prudêncio da Silva Santos – “Um dos principais donos do Ribatejo”	4
Repressão contra foreiros em Benavente.....	10
São os patrões e não os trabalhadores quem está a provocar grave crise nos trabalhos agrícolas na zona de Évora.....	11
Rendeiros ribatejanos lutam pelos seus interesses Caso concreto: Os Foros de Almada.....	12
.....	12
300 camponeses discutiram em Alfarelos o projecto da Agueira.....	17